



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo n°** 13706.000897/91-50  
**Recurso n°** 162.005 Voluntário  
**Matéria** PIS/REPIQUE  
**Acórdão n°** 103-23.644  
**Sessão de** 18 de dezembro de 2008  
**Recorrente** SCI CONSULTORES LTDA. (ATUAL SCI - SISTEMAS, COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.)  
**Recorrida** 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE

**Assunto:** Outros Tributos ou Contribuições

**Exercício:** 1986

**Ementa:** PIS REPIQUE – LANÇAMENTO REFLEXO

Ao lançamento dito reflexo se aplica a mesma decisão proferida no julgamento do processo matriz (IRPJ).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interpostos por SCI CONSULTORES LTDA.(ATUAL SCI - SISTEMAS, COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA)..

ACORDAM os MEMBROS DA TERCEIRA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO  
Vice Presidente em Exercício

ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE  
Relator

FORMALIZADO EM: 06 FEV 2009

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Bezerra Neto, Leonardo de Andrade Couto, Carlos Pelá, Régis Magalhães Soares Queiroz, Nelso kichel (Suplente Convocado) e Guilherme Adolfo dos Santos Mendes.

## Relatório

Tratam os autos de Recurso Voluntário interposto contra a decisão proferida pela DRJ do Recife, que julgou o lançamento guerreado parcialmente procedente.

A exigência contestada é decorrente do lançamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) objeto do processo 13706.000894/91-61, aonde foram constatadas as seguintes irregularidades:

Gratificações pagas a empregados em valores excedentes em Cr\$ 74.494.696,00 ao limite legal. As gratificações não constam do contrato social da empresa nem de contrato individual de trabalho, sendo concedidas por mera liberalidade. Também foi concedida participação nos lucros a empregados em desacordo com o estabelecido na legislação, recebendo o tratamento de gratificações, sujeitas também ao limite de Cr\$ 6.960.000,00 por beneficiário. Elaborou demonstrativo às fls. 09.

Comissões sobre vendas, no valor de Cr\$ 70.540.616,00, pagas a empregado da empresa, sem comprovação da efetividade da intermediação do beneficiário.

Despesas estranhas aos custos, no valor de Cr\$ 40.628.500,00, correspondentes a pagamentos efetuados a despachantes por serviços de obtenção de vistos de entrada de estrangeiros no País, estranhos ao quadro funcional da empresa, sem comprovação de que os dispêndios foram necessários à atividade e à manutenção da fonte produtora.

Despesas com pagamentos efetuados a terceiros, no valor de Cr\$ 623.278.439,00, por consultorias e outros serviços técnicos prestados a clientes da contribuinte, sem comprovação de sua realização efetiva e sem comprovação de que foram necessários à atividade e à manutenção da fonte produtora.

Despesas com viagens, no País e ao exterior, de terceiros sem vínculo empregatício com a empresa, no valor de Cr\$ 112.584.277,00, sem comprovação de que os gastos foram necessários à atividade e à manutenção da fonte produtora.

A decisão recorrida excluiu do crédito tributário da TRD.

A recorrente apresenta recurso voluntário contendo os mesmos argumentos expostos em sua impugnação e recurso relativos ao IRPJ.

### Das Gratificações Pagas a Empregados

Não se trata de gratificações pagas a empregados, mas tão-somente de participação nos lucros da empresa, caso em que não há limite estabelecido. Até o exercício de 1978, a lei considerava como participação do empregado no lucro apenas a decorrente de prévia disposição legal, contratual ou estatutária. Portanto, a participação era obrigatória, e não espontânea, o que a distingue da gratificação. A participação foi paga no ano-base de 1985 por imposição legal, vez que em exercícios anteriores a empresa pagou participação nos lucros a

seus empregados, o que, por força da Consolidação das Leis do Trabalho, transformou o benefício em direito adquirido.

A partir de 1979, a exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro tributável, passou a abranger as participações dos empregados nos lucros desde que não fique caracterizada qualquer discriminação (sic). De acordo com o Parecer Normativo CST nº 99/78, não há limite para a exclusão do lucro real (sic). Apenas seis empregados não foram contemplados com a participação nos lucros, decidida pelos sócios, porque não faziam jus ao benefício.

A empresa faturou em 1985 o montante de Cr\$ 3.802.024.000,00, e o excesso de gratificações apontado importou em Cr\$ 74.494.696,00, equivalente a 1,96% da receita bruta, o que demonstra não ter havido excesso na distribuição dos resultados.

O direito adquirido está amparado na Constituição Federal, que determina a participação nos lucros das empresas. Será justo penalizar a recorrente porque obedeceu à Constituição?

As participações foram levadas à conta “resultado do exercício” após provisionado o “imposto de renda a pagar”. Ou seja, primeiramente a empresa ofereceu à tributação a totalidade do seu lucro, para depois distribuir os resultados.

A distribuição dos lucros acarreta aumento de arrecadação para a Receita Federal.

#### **Das Comissões sobre Vendas**

Conforme declarações de renomadas empresas, o Sr. Ruy Adolpho Simon, gerente de consultoria, trabalhava nas vendas de serviços, ou seja, no trato direto com o cliente, atendendo, fechando contratos, negociando cláusulas e preços, fazendo jus ao recebimento de comissões diretas e indiretas. O fato de não assinar contratos prendia-se apenas ao aspecto jurídico de que não era o representante legal da empresa, não descharacterizando, entretanto, sua atuação nas vendas de consultoria, de informações técnicas, de projetos, de planos diretores de informática. Não é necessário que o empregado tenha o título de “vendedor”.

#### **Das Despesas Estranhas**

Para honrar seus contratos de consultoria, a empresa se viu obrigada a trazer técnicos especializados do exterior, pagando suas despesas, inclusive as relativas a passagens e a vistos de entrada no País. Todos os profissionais mencionados pela fiscalização prestaram serviços à empresa, ministrando aulas a funcionários ou a clientes. Os recibos e cópias de cheques estão disponíveis na contabilidade.

As despesas com vistos de permanência temporária ou definitiva dos estrangeiros não poderiam ser evitadas, pois a empresa não poderia contratar seus serviços sem a regularização determinada em lei.

#### **Das Despesas com Terceiros**

O auto de infração não relacionou as notas fiscais que totalizaram o montante das despesas glosadas. Tais despesas, elencadas na defesa, referem-se a notas fiscais emitidas



por importantes empresas do País, pagas pela recorrente e lançadas regularmente na contabilidade.

Os contratos celebrados não estavam disponíveis à época da fiscalização. Entretanto, anexam-se à impugnação cartas dos fornecedores comprovando a prestação dos serviços.

A recorrente valeu-se de empresas e de profissionais autônomos, por simples contratos verbais. Gente especializada nos mais diversos campos da informática, que trabalha na forma de pagamento homem/hora, sem se amarrar a contratos.

Deve-se considerar ainda que, para alcançar seu faturamento, não poderia a empresa valer-se apenas de seus empregados, sendo necessário o concurso de mão-de-obra externa.

#### Das Despesas com Viagens

Além dos argumentos já utilizados no tópico “despesas estranhas aos custos”, justificam-se as despesas com viagens entre a matriz da empresa e sua filial em São Paulo, e eventualmente para outra capital, sempre acobertadas com a prestação dos serviços e respectivas notas fiscais. A empresa tem o direito de comprar passagens para seus funcionários, dirigentes e consultores contratados. Quanto às passagens internacionais, representam o traslado dos especialistas estrangeiros contratados para trabalho no País.

É o relatório.



## Voto

Conselheiro ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, Relator

O recurso preenche as condições de admissibilidade. Portanto, dele conheço.

Como já foi dito no relatório, a matéria objeto do presente recurso é o PIS-REPIQUE apurado em decorrência do lançamento do IRPJ, lançado no processo 13706.000894/91-61, que recebeu o número 162552, ao ser autuado neste Conselho.

Esta Câmara já apreciou o recurso 162.552, na sessão de 25/06/2008, tendo negado provimento ao recurso voluntário, consoante Acórdão 103-23.493, que restou assim ementado:

### ***"GRATIFICAÇÕES A EMPREGADOS. DEDUTIBILIDADE.***

*Sujeitam-se a limite de dedutibilidade as gratificações pagas a empregados quando restar comprovado que não integravam os respectivos salários, nos termos da legislação trabalhista.*

### ***PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS LUCROS DA EMPRESA. DEDUTIBILIDADE.***

*As despesas com participações nos lucros das empresas somente podem ser integralmente deduzidas quando atribuídas a seus empregados segundo normas gerais aplicáveis, sem discriminações, a todos os que se encontrem na mesma situação, por dispositivo do estatuto ou contrato social, ou por deliberação da assembleia de acionistas ou sócios quotistas;*

### ***CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS. COMISSÕES SOBRE VENDAS. DEDUTIBILIDADE.***

*As importâncias pagas ou creditadas a título de comissões sobre venda não são dedutíveis como custos ou despesas operacionais quando não comprovada a efetiva prestação de serviços na intermediação das vendas.*

### ***DESPESAS OPERACIONAIS. NECESSIDADE. EFETIVIDADE.***

*Para que uma despesa seja dedutível, é necessário que seja normal, usual e necessária à atividade da empresa e que haja prova efetiva de sua realização."*

Destarte, como o lançamento ora discutido é resultante do lançamento do IRPJ, mantido por esta Câmara, conforme Acórdão acima transcrito, em face da relação de causa e efeito que une o lançamento dito principal ou matriz e aquele que dele decorreu – reflexo - a este se aplica a mesma decisão proferida no processo matriz.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões em 18 de dezembro de 2008

ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE